

O CONFLITO DE INTERPRETAÇÕES NAS ESQUERDAS A RESPEITO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

EL CONFLICTO DE INTERPRETACIONES EN LAS IZQUIERDAS ACERCA DE LAS MANIFESTACIONES DE JUNIO DE 2013

João Vitor Silva Miranda¹

1 INTRODUÇÃO

Se é comum o diagnóstico de que o Brasil se encontra em um contexto de forte polarização política nos últimos anos, o mesmo parece ocorrer no interior do campo das esquerdas. A identificação de tal divisão se mostra importante para situar o embate existente acerca de um dos eventos políticos mais importantes do Brasil nas últimas décadas: as manifestações de junho de 2013.

Desde o irromper das Jornadas de Junho existiram importantes divergências acerca dos significados, do legado e do sentido predominante em tal evento, o que se solidificou nos anos seguintes. É evidente que existe uma ampla gama de posições, com suas inúmeras nuances e posições intermediárias, acerca do que foi Junho. Entretanto, é cada vez mais perceptível uma profunda divisão dentro das esquerdas a respeito daquele fenômeno, se aglutinando em duas posições antagônicas.

A primeira vê as manifestações de junho de forma negativa, percebendo no evento como um espaço no qual as forças de direita viram uma oportunidade de canalizar sua insatisfação com os governos petistas e se apropriaram dos protestos, direcionando suas pautas, colocando o governo de Dilma Rousseff como alvo principal e, posteriormente, utilizando símbolos ligados à Junho. É, ainda, profundamente crítica a respeito da influência de junho na degradação institucional, econômica e política que se sucedeu, vendo uma forte relação entre as manifestações de 2013 e o desgaste do

¹ Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: jvsmiranda94@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0001-6782-3712>

petismo, que culminou no impeachment de Dilma, em 2016.

Tal visão é predominante no PT e nos movimentos que o orbitam, além de ser percebida em alguns movimentos de organização mais centralizadora. Vários são os exemplos de interlocutores que ecoam, com algumas variações, esta posição – a qual começou a ser formulada desde a segunda semana dos protestos de junho de 2013, quando o caráter anti-partidário dos protestos se intensificou e parcelas da população e demandas mais associadas à direita se juntaram às manifestações. A posição do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad é especialmente representativa dentre os críticos às Jornadas de Junho – seja pela centralidade que este ator político teve em junho de 2013, seja por ter sido uma das poucas figuras ligadas ao PT que se dedicaram a se posicionar sobre aquele fenômeno de forma mais extensa.

Outra visão também presente no campo progressista sobre as jornadas de junho é radicalmente distinta. Encampada por diversos setores da sociedade civil de orientação ideológica bastante difusa (variando entre a esquerda revolucionária e o centro político, sendo que alguns rejeitam tais categorizações) incluindo ativistas ligados a movimentos autonomistas/horizontalistas e grupos que tem relevante visibilidade nas redes sociais, os mesmos veem Junho como um momento decisivo na história política brasileira, uma reafirmação de grandes proporções da defesa dos serviços públicos e do combate à corrupção, demonstrava o descontentamento de grandes setores da sociedade brasileira ao modo de se fazer política no país e ao lulismo e representaria um momento de constituição de um novo pacto instituinte na sociedade brasileira. A concepção de *multidão* (NEGRI, 2009), tinha especial inserção nesse meio.

Todo este potencial criativo teria sido brutalmente abafado pelo aparato repressor do Estado e ignorado pelos principais grupos da disputa política institucional – e a não compreensão de tal processo por parte da esquerda hegemônica seria uma das razões de para seu enfraquecimento nos anos seguintes. Tal posição foi expressa por diversos acadêmicos, como Bruno Cava (2016), Giuseppe Cocco e Adriano Pilatti (2013), Pablo Ortellado (2013; 2017) e outros(as) por meio de artigos, entrevistas e comentários nas redes sociais.

Pretendo dialogar especialmente com as perspectivas de Pablo Ortellado – expressas em artigo publicado em livro ainda em 2013 e em texto escrito para a Folha de S. Paulo em junho de 2017 – e Fernando Haddad – entrevista dada em 2016 para a Folha de S. Paulo e ensaio publicado na revista piauí em junho de 2017 – por me parecerem singularmente representativas da divisão existente acerca das interpretações dadas ao evento.

Defendo que os artigos de Haddad e Ortellado ilustram alguns equívocos e imprecisões analíticas cometidas por dois campos da esquerda brasileira a respeito dos problemas ou virtudes daquele momento histórico, obscurecendo conflitos e contradições presentes naquele fenômeno e dificultando uma compreensão ampla e parcimoniosa a respeito do mesmo.

2 A POSIÇÃO CRÍTICA DO PETISMO A JUNHO DE 2013

Em seus relatos, Haddad (2016; 2017) demonstra de saída uma perplexidade com o surgimento dos protestos de massa, considerando que "(...) *tínhamos dez anos de crescimento real do salário, a menor taxa de desemprego, inflação relativamente controlada. Não tinha elementos para o povo estar na rua.*" (BERGAMO, 2016) e que "*os serviços públicos continuavam em expansão, e os direitos previstos na Constituição seguiam se ampliando.*" (HADDAD, 2017).

Parece-me evidente que tal análise simplifica e superestima o contexto político do momento, o que acarreta vários equívocos. A título de exemplo, ignora a desaceleração no crescimento econômico no período anterior a junho (o PIB do país cresceu 7,5% em 2010, 4% em 2011 e 1,9% em 2012) e variações regionais nos índices de preços, que indicavam pressões inflacionárias superiores aos reajustes salariais para setores da população das grandes cidades, as quais protagonizaram os principais protestos de rua (SINGER, 2013).

Partindo de uma noção obtusa a respeito das motivações da insatisfação popular que alimentaram as manifestações, Haddad (2017) se propõe a interpretar e explicar as manifestações de 2013 a partir de três pontos principais.

Inicialmente, identifica que uma razão para o sucesso dos protestos seria o fato de Junho ser uma possibilidade para a expressão do incômodo das classes médias, achatadas pelo avanço dos pobres e cada vez mais afastadas dos ricos. O incômodo relatado por Haddad seria essencialmente conservador, referente à perda de privilégios de tal classe, como a mão de obra barata para serviços domésticos. Antes de junho de 2013, estaria sendo canalizado na oposição de parte da classe média à relativa ascensão de grupos vulnerabilizados, como a população negra, as mulheres e a população LGBT.

Na sequência, o autor afirma que a forma dos protestos, de feição mais horizontal e associados à linha política autonomista do Movimento Passe Livre e de outros movimentos que capitanearam as manifestações pelo Brasil, facilitou sua assimilação e "sequestro" pelos movimentos conservadores. Considera, portanto, que *"o impeachment de Dilma não ocorreria não fossem as Jornadas de Junho"* (HADDAD, 2017).

Por fim, o ex-prefeito de São Paulo alega que a dinâmica nas redes sociais naquele período se caracterizou pelo individualismo, o baixo interesse no debate e por ações patrocinadas por agentes interessados (quais? Haddad não diz).

A interpretação do petista me parece profundamente equivocada e fora do lugar. Em primeiro lugar, é evidente que Junho teve uma feição muito mais progressista do que conservadora no que diz respeito a temas culturais. Um tema frequente no período era a oposição ao Pastor Marco Feliciano, à época na presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e ao projeto da "cura gay"²³ – o projeto fora arquivado no mês seguinte. Outros temas citados pelo ex-prefeito, como cotas raciais, aborto e Bolsa Família não apareceram com qualquer relevância, mesmo nos momentos mais difusos e críticos ao PT. Junho, portanto, se caracterizou por ser um momento mais de contenção do que de disseminação de discursos conservadores e reacionários (SILVEIRA, 2016).

2 Portal G1. **Ato no Rio reúne 300 mil pessoas e termina em confronto com PM.** Jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-no-rio-reune-300-mil-pessoas-e-termina-em-confronto-com-pm.html> Acesso em 15 ago. 2017.

3 Portal G1. **Dez mil saem nas ruas de Franca-SP para protestar contra a tarifa de ônibus.** Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/06/dez-mil-saem-ruas-em-franca-sp-para-protestar-contratarifa-de-onibus.html> Acesso em 18 ago. 2017.

Quanto ao segundo ponto apontado por Haddad, é importante destacar que as manifestações realizadas contra o governo Dilma, em 2015 e 2016 mais pareciam esteticamente às tradicionais manifestações ligadas à esquerda tradicional, com grandes carros de som e centralização das lideranças, do que com os protestos de junho e outros ligados aos movimentos autonomistas. A apropriação dos símbolos dos protestos de 2013 ocorreu em período claramente posterior, a partir das eleições de 2014.

É impossível fazer conjecturas precisas a respeito da relação entre as manifestações de junho e o impeachment de Dilma, mas as jornadas de 2013 não foram condição suficiente para que os protestos anti-Dilma ocorressem da forma como ocorreram a partir de 2015. Outros países latino-americanos vivenciaram protestos de grupos de direita com características e formato parecidos com os brasileiros – o apelo aos símbolos nacionais, o discurso antipartidário e genérico não é novidade e não tem como origem os movimentos autonomistas. Certamente os fatores causais mais significativos para compreender o impeachment de Dilma Rousseff foram a piora brusca da economia, a explosão da Operação Lava-Jato e a perda de apoio popular após o estelionato eleitoral praticado pelo governo na sequência da vitória eleitoral – aspectos negligenciados na análise do petista.

Haddad atribui às redes sociais em junho de 2013 papéis e características marcantes no debate político atual, mas que não se fizeram presentes nas mobilizações e nos debates ocorridos naquela época. Já existe uma produção acadêmica relevante que nos dá subsídios para afirmar que houve um intenso debate nas redes sociais em 2013, com uma dimensão muito maior e diversa do que os atuais, fortemente fechados nas “bolhas” políticas – ainda que existisse naquele momento acaloradas polarizações, como o debate acerca da legitimidade ou não do uso da violência (PEREIRA; SANTOS, 2016).

Além disso, não existem muitos elementos que indiquem uma atuação relevante de ações virtuais patrocinadas. Pelo contrário, o que se verificou em 2013 foi uma grande diversidade de *clusters* de convocação e repercussão de protestos, com pautas bastantes diversificadas (SILVEIRA, 2016). A análise do comportamento das

redes sociais no período dão robustas evidências de que nenhum grupo teve, sozinho, a capacidade de direcionar as manifestações para determinado rumo.

3 A ESQUERDA NÃO-PETISTA, OS AUTONOMISTAS E A VISÃO IDEALIZADA DE 2013

Se Haddad enuncia uma posição fortemente negativa sobre as Jornadas de Junho, outra parte da esquerda brasileira parece superestimar as virtudes do evento – como no caso da interpretação do filósofo Pablo Ortellado (2013; 2017).

Para o professor, o apoio maciço da população às manifestações e a ampla mobilização da sociedade civil observada naquele processo dão elementos para afirmar que Junho representou um momento de afirmação de um verdadeiro “pacto social” em defesa dos direitos sociais e do combate à corrupção (ORTELLADO, 2017). O evento ainda teria se caracterizado pela maturidade e compreensão estratégica de alguns dos atores centrais nos protestos, como o Movimento Passe Livre (ORTELLADO, 2013).

O potencial transformador daquela série de acontecimentos teria sido reprimido devido à ação das forças políticas estabelecidas, que teriam cindido o conteúdo reivindicatório de Junho – resumido aqui a seus dois componentes principais: 1) melhoria e ampliação dos serviços públicos e 2) combate à corrupção e ao *modus operandi* da política brasileira:

De um lado, a esquerda da sociedade civil, ludibriada pelos partidos, foi levada a acreditar que os que se indignavam com a corrupção não passavam de cínicos que, no fundo, só queriam reverter as conquistas sociais dos anos Lula. Do outro lado, novas e velhas lideranças políticas faziam os indignados com a corrupção acreditarem que a esquerda era toda ela composta de petistas sem caráter que defendiam a corrupção. (ORTELLADO, 2017)

Essa divisão, que em sua visão parece ser artificialmente criada, teria provocado o enfraquecimento do poder reivindicatório da sociedade civil teria permitido a ascensão ao poder de um grupo político cujas pautas seriam opostas às pautas *consensuais* na sociedade civil.

Ortellado identifica vários dos processos mais relevantes para a compreensão do andamento do debate político nos últimos quatro anos no país e os incorpora em sua análise. Entretanto, sua explicação do enfraquecimento das pautas de junho de 2013 é excessivamente reducionista e parte de algumas premissas que não se sustentam.

Em que pese boa parte da população tenha se engajado nas manifestações e que sua maioria a tenha apoiado, tal fato ocorreu também devido à generalidade e baixa concretude da maioria das reivindicações predominantes em Junho. Ainda que as manifestações tenham sido um momento importante e simbólico em defesa dos direitos sociais, dos serviços públicos e do combate à corrupção, o fenômeno não foi suficiente para selar um pacto social de tamanho significado e magnitude.

Parte da argumentação de Ortellado se sustenta nos resultados encontrados em uma série de pesquisas de opinião realizadas por pesquisadores da USP e Unifesp em protestos de rua em 2015 e 2016, das quais o autor participou e foi um dos organizadores⁴. Ao traçar o perfil dos manifestantes a favor do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, os pesquisadores constataram índices elevados de concordância com a universalidade e gratuidade de serviços públicos, como saúde e educação. Encontraram ainda uma razoável simpatia à pauta da gratuidade do transporte coletivo (tarifa zero).

Ortellado se vale dos dados da pesquisa para concluir que os manifestantes anti-Dilma de 2015-16 compartilhavam das demandas centrais dos protestos de junho de 2013 (BRUM, 2016). Entretanto, tal inferência é precária e não se sustenta, especialmente quando são considerados outros elementos fundamentais.

A defesa abstrata de determinadas pautas não implica uma consequente concordância quanto aos meios de implementá-las, visto que tal posição em geral não considera os custos embutidos nas mesmas. Da mesma forma, não resolve a delicada e central questão de quais medidas devem ser priorizadas. Um exemplo simples: melhorias substanciais nos serviços de saúde e educação também exigem um aumento dos recursos destinados a tais políticas, o que envolve escolhas

4 ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia. **Um desacordo entre manifestantes e os convocantes dos protestos?** El País, 18 ago. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_328207.html Acesso em 20 ago. 2017.

essencialmente políticas: aumentaremos a receita destinada a essas áreas por meio de um reforço na tributação ou por um remanejamento de recursos orçamentários? Se sim, quais tributos serão elevados, e sobre quais grupos sociais recairão a maior parte dos custos?

Assim como existem diversos modelos educacionais e de organização do SUS em disputa, não existe apenas uma maneira de analisar o fenômeno da corrupção. Abstratamente, não existe qualquer discordância na sociedade a respeito da necessidade de combater a corrupção; entretanto, diversos enfoques e propostas entram em conflito ao se discutir o tema, algo que certamente não foi compreendido em profundidade pela ampla maioria dos manifestantes em junho de 2013.

Pode-se priorizar estratégias de aperfeiçoamento institucional e caráter preventivo, visando aumentar a transparência do Estado e reduzir sua permeabilidade ao poder econômico; é possível, em outro sentido, centrar atenção na repressão àqueles que praticarem práticas corruptas, intensificando sanções penais, retirando garantias de eventuais acusados e direcionando esforços aos órgãos de investigação e indiciamento, como a Polícia Federal e o Ministério Público – e certamente existe uma ampla gama de possibilidades entre dois extremos. Existiu em 2013 algum tipo de grande acordo nacional em relação às soluções possíveis?

Uma das propostas com maior apoio popular em junho de 2013 (e que obteve sucesso) foi a rejeição à PEC 37, que propunha restringir a prerrogativa da investigação criminal às polícias civis e federal, retirando, na prática, tal atribuição do Ministério Público. A proposta não foi amplamente discutida pela sociedade ou pelo sistema político, sendo rapidamente rechaçada pela maioria dos manifestantes, influenciada por entidades diretamente afetadas pela medida, como o próprio Ministério Público.

As jornadas de junho foram um momento certamente importante e marcante na história política recente no país, mas não parece adequado atribuir a um evento específico, multifacetado e por vezes contraditório uma expressão definitiva e cristalina da vontade popular – nem o processo eleitoral tem tal capacidade:

As Jornadas eram grandes demais para que as pessoas pudessem se dar ao luxo de assistir a elas desde seu exterior. Há relatos frequentes entre os

entrevistados de uma potência dos processos que atropelava sujeitos e coletivos, dragando-os para a vivência diversa da ação comum. Era preciso fazer parte daquela história, partilhando-a com as demais pessoas, mesmo que não se tivesse clareza do que queriam. Isso porque o que queriam não era tão relevante quanto o fato de estarem na rua, querendo alguma coisa. (MENDONÇA, 2017, p. 146) (grifo nosso)

A narrativa de Ortellado atribui ainda um papel exacerbado de influência aos partidos e demais forças políticas organizadas, ao mesmo tempo que reduz a sociedade civil a uma postura passiva e meramente receptora dos discursos de lideranças. Parece considerar Junho como uma espécie de “marco zero” da política brasileira, negligenciando a influência já naquele momento de discursos à esquerda e à direita que estimulassem polarizações acerca de temas como políticas sociais e corrupção.

Não se pode negar, de forma alguma, a decisiva influência do aparato repressor do Estado – cuja atuação serviu por vezes como um estímulo às manifestações e por outras como inibidor – e da hostilidade da classe política no enfraquecimento das principais mensagens expressas pelos manifestantes em junho de 2013. Entretanto, não se pode explicar tal resultado sem considerar a baixa penetração, na institucionalidade política, dos atores e movimentos protagonistas daquele levante popular.

Vários desses movimentos eram autonomistas, de organização fortemente horizontal e de orientação anarquista (como o Movimento Passe Livre) – por convicção, nunca demonstraram a intenção de penetrar na institucionalidade ou participar de processos eleitorais, e tinham baixo interesse em realizar compromissos ou negociações com governos. Outros estavam vinculados a um evento ou local específico (como o Comitê dos Atingidos pela Copa, principal movimento organizador de atos em Belo Horizonte e o Ocupe Estelita, em Recife), o que dificultou a continuidade e ampliação das mobilizações.

Iniciativas promissoras, como a Assembleia Popular Horizontal, nunca mais tiveram a mesma influência que gozaram no período. Tais organizações tiveram grande dificuldade de exercer influência nos processos eleitorais seguintes, não capitalizando a influência obtida em junho. O prognóstico positivo de Ortellado (2013) a respeito da relação entre processo e resultado operado pelo MPL, se foi correto em junho de 2013, não se observou na atuação do movimento nos anos seguintes. O movimento se

esvaziou, com o desligamento de vários membros da organização, a intensificação dos conflitos internos e a perda de sua capacidade convocatória de atos massivos contra os aumentos das passagens no transporte público⁵ - embora o movimento continue ativo até os dias atuais.

4 CONCLUSÃO: COMO LIDAR COM OS MÚLTIPLOS E DIVERSOS SIGNIFICADOS DE JUNHO DE 2013?

Não existem elementos para considerar as manifestações de junho de 2013 e suas reverberações imediatamente posteriores como um “pacto fundador” ou um momento constituinte fundamental da política brasileira. O fenômeno em questão indica ter sido mais um sinal de desgaste e esgotamento do pacto político vigente desde 1988 do que um momento de surgimento ou afirmação de um novo.

Da mesma forma, é um equívoco esconder suas evidentes limitações, como o teor ingênuo e excessivamente antipartidário presente nos protestos, a baixa canalização das pautas e das lideranças para o sistema político institucional; a visão abstrata e superficial sobre o tema da corrupção predominante, que tangenciou uma abordagem punitiva da questão e que ajudou a abrir um espaço que foi ocupado pela Operação Lava-Jato, surgida no ano seguinte.

Não se pode ignorar a presença de setores conservadores nos protestos de 2013, nem o fato de que vários movimentos de direita se utilizaram com sucesso de imagens e símbolos das manifestações de junho – sendo os exemplos mais evidentes os movimentos Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre.

Entretanto, concordando com a narrativa de Moysés Pinto Neto (2017), entendo que o momento decisivo para explicar a escalada de polarização política na sociedade brasileira, bem como a hegemonia dos setores conservadores nas manifestações de rua em 2015 e 2016 é o processo eleitoral de 2014, e não as manifestações de 2013. O papel das jornadas de junho nesse processo teria sido sua influência no aumento do

⁵ LUCAS, Legume. **O Movimento Passe Livre acabou?** Passa Palavra, 04 ago. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/08/105592> Acesso em 12 ago. 2017.

envolvimento e interesse na política de parcela da população brasileira com a política, associada à potência e o poder demonstrados pelo levante popular de 2013, que obteve relativo sucesso em suas reivindicações (NETO, 2017).

Seria equivocado afirmar, entretanto, que práticas surgidas ou desenvolvidas durante as manifestações de 2013 não influenciaram e reverberaram fortemente em mobilizações políticas significativas de viés claramente democratizante e progressista nos anos posteriores. Entre os exemplos mais marcantes está a série de ocupações de estudantes nas escolas, em vários estados, ao longo de 2015 e 2016.

Diversas pautas de grande importância encontraram maior ressonância e destaque no debate público a partir de junho de 2013. O tema da violência policial se desdobrou em propostas de mudança do modelo de polícia (e sua desmilitarização). Também houve uma notável inserção das pautas da mobilidade urbana e do direito à cidade, puxados pela bandeira da gratuidade no transporte público, assim como foi frontalmente questionada a realização dos grandes eventos no país, bem como os inúmeros incentivos fornecidos à FIFA e os instrumentos jurídicos de exceção criados para Copa do Mundo e Olimpíadas – tudo isto associado à defesa de serviços públicos gratuitos e de qualidade (MARICATO et al, 2013).

Tais características são mais do que suficientes para que a principal atitude das esquerdas frente ao evento fosse a defesa de seu legado e de reivindicação e acolhimento de seus principais símbolos e significados.

Taxar tal fenômeno como “antidemocrático”⁶ ou associá-lo rasteira e mecanicamente com a hegemonia conservadora posterior é um equívoco analítico e político. As poucas pesquisas realizadas naquele período, em que pese sua limitação espacial indicam que mesmo no período de maior tamanho e diversidade dos protestos, a maioria dos manifestantes se identificava ideologicamente na esquerda ou centro e considerava a democracia o melhor regime de governo⁷.

6 FOLHA DE S. PAULO. **Lula diz que foi precipitado considerar atos de 2013 democráticos**. 11 ago. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909354-lula-diz-que-foi-precipitado-considerar-atos-de-2013-democraticos.shtml> Acesso em 20 ago. 2017.

7 DATAFOLHA. **Perfil dos manifestantes**. Folha de São Paulo, 22 jun. 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/06/19024-datafolha-perfil-dos-manifestantes.shtml> Acesso em 28 ago. 2017.

Por fim, cumpre ressaltar que existem diversos elementos de junho de 2013 que foram pouco estudados ou compreendidos até o presente momento.

Percebe-se uma baixa assimilação, nos balanços sobre os significados e as consequências das manifestações de 2013, das diferenças de magnitude, composição social, capilarização e formato das manifestações em diferentes cidades e regiões do país.

Alguns autores destacaram, ainda, uma atenção excessiva por parte da academia e da imprensa aos impactos das manifestações no Sudeste, considerando que a análise da dinâmica dos protestos em outras regiões do país contribui decisivamente para a compreensão do fenômeno como um todo (TAVARES; RORIZ; OLIVEIRA, 2016)

O ciclo de manifestações de 2013 intensificou, ainda, os debates sobre organização e efetividade da ação política. Se o caráter horizontal e autonomista presente no evento foi responsável por algumas das limitações de seu poder e de sua continuidade, também fez com que o mesmo fosse um laboratório de movimentos políticos, evidenciando a crise de formas tradicionais e verticalizadas de estruturação partidária e de convocação de protestos, bem como o modelo de conciliação e baixa mobilização das bases característicos do lulismo.

Diversos grupos surgidos nos últimos anos se valeram do acúmulo obtido no novo ciclo de mobilizações pós-2013 para desenvolver novas formas de penetrar na política institucional, tensionando a forma-partido em prol de uma concepção de partido-movimento (BIANCHI, 2016).

Alguns exemplos são movimentos voltados às eleições municipais de 2016, como o movimento Se a Cidade Fosse Nossa, organizado em torno da candidatura de Marcelo Freixo à prefeitura do Rio de Janeiro, as Muitas – Cidade que Queremos, em Belo Horizonte e a Bancada Ativista, em São Paulo. Ainda não se sabe, entretanto, se tais iniciativas terão continuidade, tampouco se movimentos similares terão a capacidade de influenciar de forma mais significativa o arranjo político em âmbito estadual ou nacional nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Alvaro. **Reinventar a esquerda é reorganizá-la**. Blog Junho, 17 jun. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/reinventar-a-esquerda-e-reorganiza-la/> Acesso em 28 ago. 2017.

BERGAMO, Mônica. **Disputa será da direita com a extrema-direita, afirma Haddad**. Folha de S. Paulo, 21 nov. 2016. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1833961-disputa-sera-da-direita-com-a-extrema-direita-afirma-haddad.shtml> Acesso em 12 ago. 2017.

BRUM, Eliane. **Acima dos muros**. El País, 28 mar. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html Acesso em 20 ago. 2017.

CAVA, Bruno. **O 18 de Brumário brasileiro**. In: A terra treme: leituras do Brasil de 2013 a 2016. Bruno Cava e Márcio Pereira (orgs.). São Paulo: Annablume, 2016.

COCCO, Giuseppe. PILATTI, Adriano. **Quem tem medo do poder constituinte?** Instituto Humanitas Unisinos, 15 jul. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521906-quem-tem-medo-do-poder-constituente-PILATTI> Acesso em 21 ago. 2017.

HADDAD, Fernando. **Vivi na pele o que aprendi nos livros**. Revista Piauí, jun. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/> Acesso em 24 jul. 2017.

MARICATO, Ermínia, et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Singularidade e identidade nas manifestações de 2013**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 66, p. 130-159, abr. 2017

NEGRI, Antonio. **Para uma definição ontológica de multidão**. Lugar Comum nº 19-20, pp.15-26, 2009. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20ontol%C3%83%C2%B3gica%20da%20multid%C3%83%C2%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf Acesso em 28 ago. 2017.

NETO, Moysés Pinto. **Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?** Cadernos IHU Ideias. São Leopoldo: Unisinos, nº 259, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/259cadernosihuideias.pdf> Acesso em 08 ago. 2017.

ORTELLADO, Pablo. **A negação de junho, quatro anos depois.** Folha de São Paulo, 13 jun. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/06/1892297-a-negacao-de-junho-quatro-anos-depois.shtml> Acesso em 01 ago. 2017.

_____. **Os protestos de junho entre o processo e o resultado.** In: JUDESNAIDER, Elena, et al (Org). Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013;

PEREIRA, Marcus Abílio; SANTOS, Pedro Perini. **Violência coletiva e o Facebook: Os protestos de junho de 2013 no Brasil.** In: Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político. Ricardo Fabrino Mendonça, Marcus Abílio Pereira, Fernando Filgueiras (Org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, pp. 419-447.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção.** In: **Democracia Digital: publicidade, instituições e confronto político.** Ricardo Fabrino Mendonça, Marcus Abílio Pereira, Fernando Filgueiras (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, pp. 345-366.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas.** São Paulo: Novos estudos - CEBRAP, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. **As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013.** Opin. Publica [online]. 2016, vol.22, n.1, pp.140-166. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000100140&lng=en&nrm=iso Acesso em 29 ago. 2017.



REVICE - Revista de Ciências do Estado
ISSN: 2525-8036
v2.n.2 AGO-DEZ.2017
Periodicidade: Semestral

seer.ufmg.br/index.php/revice
revistadece@gmail.com

MIRANDA, João Vitor Silva. O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013.
Data de submissão: 30/08/2017 | Data de aprovação: 01/12/2017

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:
MIRANDA, João Vitor Silva. O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013. In: **Revice - Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 422-435, ago./dez. 2017.